



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181130 - RS (2021/0216508-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE MARCELINO RAMOS - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE ERECHIM - SJ/RS**
INTERES. : **UNIVERSO OSMAR KLEIN**
ADVOGADO : **GILMAR DUTRA RIBEIRO - RS081230**
INTERES. : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE MARCELINO RAMOS**
INTERES. : **UNIÃO**

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE MARCELINO RAMOS (RS), suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE ERECHIM – SJ/RS, suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e julgamento de ação ordinária para fornecimento de medicamento com pedido de tutela de urgência, pendente de análise.

Da decisão proferida pelo Juízo suscitado, destaca-se o seguinte trecho:

Assim, como a ação foi originalmente proposta apenas em face do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Marcelino Ramos e os medicamentos postulados possuem registro na ANVISA, a União não pode ser incluída de ofício no polo passivo da demanda e, por conseguinte, a competência permanece da Justiça Estadual.

Ante o exposto, exclua-se a União do processo e, com amparo no artigo 45, § 3º, do Código de Processo Civil, restitua-se os autos ao Juízo Estadual, com urgência, por haver pedido de tutela de urgência pendente de apreciação (fl. 296).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Levando em conta o entendimento jurisprudencial do STJ, de que nas causas em que se busca o fornecimento de medicamento, quando o juízo federal expressamente reconheceu a inexistência do litisconsórcio passivo necessário com a União, a competência é da Justiça Estadual, designo o Juízo suscitado para responder pelas aludidas medidas.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. DECISÃO IRRECORRIDA DO JUÍZO FEDERAL, QUE RECONHECEU INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO, AFASTANDO-A DO POLO PASSIVO DA LIDE SÚMULAS 150, 224 E 254 DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Consoante a jurisprudência do STJ, "No âmbito do conflito de competência, não se discute o mérito da ação, tampouco qual seria o rol de responsabilidades atribuído a cada ente federativo em relação ao Sistema Único de Saúde. Cumpre apenas a análise do juízo competente para o exame do litígio, nos termos em que apresentados o pedido e a causa de pedir." (CC, AgInt no CC 166.964/RS Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 19/112019).
2. Outrossim, "a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual" (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe de 22/02/2010).
3. Na hipótese dos autos, como o Juízo Federal, em decisão irrecorrida, reconheceu expressamente a inexistência de litisconsórcio passivo necessário da União, concluindo pela sua ilegitimidade passiva e determinando o retorno dos autos à Justiça Estadual, é de ser declarada a competência do Juízo Estadual para o processo e o julgamento da demanda, nos termos das Súmulas 150, 224 e 254 do STJ.
4. Agravo Interno não provido. (AgInt no CC n. 172.933/RS, relator Ministro Herman Benjamin, DJe de 17/11/2020.)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS REGISTRADOS NA ANVISA. DECISÃO DO JUÍZO FEDERAL QUE RECONHECEU A INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULAS 150, 224 E 254 DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 855.178/SE, apreciado sob o regime de repercussão geral e vinculado ao Tema 793/STF, firmou a tese de que "O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, sendo responsabilidade solidária dos entes federados, podendo figurar no polo passivo qualquer um deles em conjunto ou isoladamente."
2. Por outro lado, o entendimento exposto no julgamento do RE 657.718/MG diz respeito apenas a medicamentos sem registro na Anvisa, para o qual a Corte Suprema estabelece obrigatoriedade de ajuizamento da ação em desfavor da União.
3. No caso em exame, como o Juízo Federal, em decisão irrecorrida, reconheceu expressamente a inexistência de litisconsórcio passivo necessário da União, concluindo pela sua ilegitimidade passiva e determinando o retorno dos autos à Justiça Estadual, tratando-se de pedido de fornecimento de medicamento registrado na ANVISA, é de ser declarada a competência do Juízo Estadual para o processo e o julgamento da demanda, nos termos das Súmulas 150, 224 e 254 do STJ.

4. Agravo Interno não provido. (AgInt no CC n. 172.483/RS, relator Ministro Herman Benjamin, DJe de 17/11/2020.)

Ante o exposto, designo o JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE MARCELINO RAMOS (RS), ora suscitante, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes e decidir inclusive sobre o pedido de liminar postulado na inicial da ação ordinária.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente